

EUROPA

4º Relatório de Coesão Económica e Social

A Comissão Europeia avalia, no seu quarto relatório sobre a coesão económica e social, o impacto do financiamento para as regiões da UE e lança um debate sobre a próxima ronda da política de coesão. O relatório, apresentado no passado dia 30 de Maio, apresenta pela primeira vez a situação económica, social e territorial da União alargada e de 268 regiões. Analisa, pormenorizadamente, a posição das regiões em termos do PIB, da produtividade e do emprego, identifica alguns desafios com que as regiões e os Estados Membros serão confrontados nos próximos anos e apresenta a primeira avaliação do impacto da política de coesão europeia no período de programação

2000-2006, assim como a preparação para o novo período 2007-2013.

No relatório podemos ver que Portugal foi dos países beneficiários da política de coesão que registou menos crescimento no período analisado (1995-2005), tendo ficado desde 1999 abaixo da média europeia. O emprego no nosso país não cresce desde 2001, ao contrário da Grécia em que aumentou significativamente. A taxa de pobreza mantém-se elevada em alguns países, assim como no nosso, cerca de 20%. Na UE, em 2004, cerca de 16% da população vivia em risco de pobreza, ou seja, cerca de 72 milhões de pessoas, entre elas, mulheres, crianças, idosos e desempregados.



http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/official/reports/cohesion4/index_en.htm

Reunião Informal de Ministros do Emprego e Assuntos Sociais

De 5 a 7 de Julho, os Ministros do Emprego e Assuntos Sociais da UE reúnem-se num encontro informal, em Guimarães. No dia 5 encontram-se com a Plataforma

Social Europeia das ONG e com os parceiros sociais. Entre os temas que serão debatidos, estará a flexissegurança.



http://www.eu2007.pt/UE/aPT/Reunioes_Eventos/Informais/Informal_Emprego.htm

Uma União mais forte para um mundo melhor

O Primeiro-ministro José Sócrates apresentou, no passado dia 27 de Junho, as **prioridades da Presidência Portuguesa do Conselho da UE**.

São elas:

- Futuro da União (organizar a CIG para elaborar o Tratado da União);
- Estratégia de Lisboa (a Estratégia Europeia do Emprego faz 10 anos - a criação de mais e melhores empregos surge como uma prioridade);

- Fortalecer a área de liberdade, segurança e justiça (parcerias entre a UE e países de fluxos migratórios, a imigração ilegal são assuntos fundamentais);
- A Europa e o mundo (oportunidades estratégicas com a região do Mediterrâneo e África).



PORTUGAL 2007



<http://www.ue2007.pt/UE/aPT/>

Conclusões do Conselho Europeu de Bruxelas

O Conselho Europeu que reuniu, nos passados dias 21 e 22 de Junho os Chefes de Estado e de Governo, discutiu o grande tema da actualidade, pendente há dois anos: o processo de reforma dos Tratados da União.



Assim, o Conselho Europeu convida a próxima Presidência a redigir um projecto de Tratado de acordo com os termos do mandato e a apresentá-lo na CIG logo que esta for inaugurada. O Primeiro-ministro, José Sócrates, anunciou que a Presidência Portuguesa convocará uma conferência intergovernamental (a 23-24 de Julho), com a finalidade de redigir o futuro Tratado Europeu. O grande objectivo é concluir os trabalhos antes do final de 2007, para que haja tempo para proceder à ratificação do Tratado.

Neste Conselho foi também discutida a política europeia de migrações, que terá de ser capaz de ter em conta todos os aspectos da agenda das migrações e desenvolvimento, bem como aspectos internos como a imigração legal, a integração, a protecção dos refugiados, o controlo das fronteiras, o combate à

imigração ilegal e ao tráfico de seres humanos. Ficou também claro que é fundamental consolidar, no espaço europeu, as quatro liberdades do mercado interno (liberdade de circulação de bens, pessoas, serviços e capitais) e melhorar o seu funcionamento.

No domínio da política social, o Conselho Europeu “convida os Estados-Membros, a Comissão e os parceiros sociais a recorrerem eficazmente à Aliança para as Famílias, a fim de fomentar a adopção de boas práticas e de abordagens inovadoras em relação às políticas a favor da família, coerentes com a política nacional dos Estados-Membros e a promoverem a igualdade entre homens e mulheres”. É necessário continuar os trabalhos de coordenação dos sistemas de segurança social e reforçar as políticas que permitam reforçar o bem-estar no trabalho e as políticas de prevenção.

O Conselho Europeu aguarda com expectativa o próximo relatório da Comissão sobre a avaliação da realidade social.

http://www.consilium.europa.eu/cms3_applications/applications/newsRoom/loadBook.asp?BID=76&LANG=8&cmsid=347



PORTUGAL

Modelo de governação do QREN

O Conselho de Ministros de 14 de Junho de 2007 aprovou o Decreto-Lei que estabelece o **modelo de governação do QREN** e dos respectivos **Programas Operacionais** para o período 2007-2013. Estabelece, também, a **estrutura orgânica** relativa ao exercício das funções de monitorização, auditoria e controlo, certificação, gestão, aconselhamento estratégico, acompanhamento e avaliação.

Governação QREN e Programas Operacionais

Nível governamental - coordenação global do QREN e dos Programas Operacionais e o estabelecimento de orientações relativas à monitorização estratégica, operacional e financeira;

Nível técnico - coordenação e monitorização estratégica, da coordenação e monitorização

operacional e financeira, da auditoria e controlo, da certificação, da gestão, do aconselhamento estratégico, do acompanhamento e da avaliação.

Gestão dos Programas Operacionais Temáticos - assegurada por uma Comissão Directiva, presidida por um Gestor.

Gestores dos Programas Operacionais Temáticos do QREN (Resolução aprovada no Conselho de Ministros de 14-06-2007)

- Programa Operacional Factores de Competitividade: Dr. Nelson de Souza;
- Programa Operacional Valorização do Território: Dra. Helena Azevedo;
- Programa Operacional Potencial Humano: Dr. Rui Fiolhais.

Planos Nacionais Tráfico de seres humanos, Violência doméstica e Igualdade

O **I Plano Nacional contra o Tráfico de seres Humanos**, que terá a duração de três anos, será um “instrumento indispensável na partilha de responsabilidades entre as diversas entidades governamentais e a sociedade civil, numa abordagem holística que permita congregar e acomodar [várias]

estratégias e dimensões de uma forma coordenada e suficientemente eficaz”.

Áreas estratégicas de intervenção:

- Conhecer e disseminar informação;
- Prevenir, sensibilizar e formar;
- Proteger, apoiar e integrar;
- Investigar criminalmente e reprimir o tráfico.



http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/GC17/Ministerios/PCM/MP/Comunicacao/Outros_Documentos/20070515_MP_Doc_PNCTSHumanos.htm

O **III Plano Nacional contra a Violência Doméstica 2007-2010** tem como objecto “o combate à violência exercida directamente sobre as mulheres, no contexto das relações de intimidade, sejam elas conjugais ou equiparadas, presentes ou passadas. Esta opção abrange ainda a violência exercida indirectamente sobre as crianças que são testemunhas das situações de violência interparental, naquilo a que a doutrina designa por violência vicariante”.

Apesar da violência doméstica atingir igualmente as crianças, os idosos, pessoas dependentes e pessoas com deficiência, a realidade comprova que as mulheres continuam a ser o grupo onde se verifica a maior parte das situações de violência doméstica, que neste contexto se assume como uma questão de violência de género.

Esta é uma realidade europeia, onde cerca de “12% a 15% das mulheres europeias com mais de 16 anos de idade vivem situações de violência doméstica numa relação conjugal, e muitas delas continuam a sofrer de violência física e sexual mesmo após a ruptura.”

O Plano “aponta claramente para uma consolidação de uma política de prevenção e combate à violência doméstica, através da promoção de uma cultura para a cidadania e para a igualdade, do reforço de campanhas de informação e de formação, e do apoio e acolhimento das vítimas numa lógica de reinserção e autonomia.



http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Newsletter/Newsletter_Mai07_PNCVD.htm

O **III Plano para a Igualdade 2007-2010** integra um “conjunto de orientações estratégicas e instrumentos que estabelecem normas e padrões pelos quais os Estados [Membros da UE] se devem reger”. Tendo em conta os planos anteriores, o presente Plano mantém “como principal linha orientadora, o aprofundamento da

integração da perspectiva de género em todos os domínios da actividade política e da realidade social (*gender mainstreaming*)”. Este plano pretende contribuir para “melhores condições de vida para cada cidadã e cidadão e uma sociedade mais justa e democrática”.



http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Newsletter/Newsletter_Mai07_PNI.htm

Divulgação

Comunidades ciganas com site

O Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI) lançou o site “Ciga-nos”, que tem

como objectivo divulgar as actividades relacionadas com as comunidades ciganas.

Endereço do site: www.ciga-nos.pt

LEGISLAÇÃO EUROPEIA

Combate ao racismo e à xenofobia

O Conselho Europeu chegou a um **acordo político sobre a proposta de decisão-quadro** relativa à luta contra o racismo e a xenofobia. Segundo o relatório, aprovado no Parlamento Europeu no passado dia 21 de

Junho, esse acordo deve constituir o ponto de partida para a promulgação de uma legislação europeia mais reforçada neste domínio.

ONU

Desenvolvimento de um mundo que envelhece

O **Relatório sobre a realidade económica e social de 2007** da Organização das Nações Unidas analisa as implicações do envelhecimento da população para o desenvolvimento social e económico mundial.

O número de pessoas com idade avançada está a aumentar rapidamente, a par de uma diminuição da fecundidade. Continuando nos padrões actuais, até 2050 quase 80% da população mundial com mais de 60 anos viverá nos países em desenvolvimento. E, actualmente cerca de 342 milhões não têm qualquer

tipo de protecção social. Por outro lado, o relatório afirma que a imigração não resolverá o problema da redução de mão-de-obra, pois a UE não estaria disposta “a admitir um elevado número de imigrantes, necessário para superar o *deficit*”. A UE necessitaria de 13 milhões de imigrantes por ano para superar a diferença.

O relatório defende que o crescimento mais lento da mão-de-obra na nossa sociedade pode ser compensada “com o aumento da produtividade, bem como da participação das mulheres e dos trabalhadores idosos”.



www.un.org

EAPN

Conselho Europeu: Uma Europa Social... ainda a *meio gás*



A EAPN está um pouco reticente quanto ao acordo de 23 de Junho do Conselho Europeu sobre o mandato da Conferência Intergovernamental (CIG), que terá de apresentar a base e a estrutura para o novo “Tratado Reformador”.

Enquanto vê com bons olhos o balanço entre os objectivos da área social e do mercado livre, a EAPN apela aos líderes políticos europeus que assegurem o lugar da política social no pilar da agenda da UE e nas

futuras negociações da CIG.

A EAPN considera muito positivo o facto de:

- a Carta dos Direitos Fundamentais passar a ser obrigatória,
- se estabelecer novas bases legais para os serviços públicos,
- se contemplar um protocolo de Serviços de Interesse Geral,
- se fixar uma nova cláusula social horizontal.

A EAPN irá estar atenta aos trabalhos da próxima Conferência Intergovernamental.



http://www.eapn.org/code/en/news_detail.asp?pk_id_content=2755

Divulgação e pedidos de informação

Para a divulgação e solicitação de documentação (todos os documentos mencionados no boletim estão disponíveis no GI) contactar:

Gabinete de Informação da REAPN

Tel: 225 420 802

Fax: 225 403 250

Site: www.reapn.org

E-mail: angelina.lopes@reapn.org